

## PANORAMA DOS QUILOMBOS SERGIPANOS: CONDIÇÕES DE VIDA E VULNERABILIDADES

## PANORAMA OF THE QUILOMBOS SERGIPANOS: LIFE CONDITIONS AND VULNERABILITIES

Flavia Regina Sobral FEITOSA<sup>1</sup>  
 Cláudio Jorge Moura de CASTILHO<sup>2</sup>  
 Gregório Guirado FACCIOLI<sup>3</sup>  
 Roberto dos Santos LACERDA<sup>4</sup>

**Resumo:** Os quilombos são territórios de resistência cultural que conservam modos de vidas próprios ao tempo que reivindicam a ação estatal na efetivação dos seus direitos constitucionais. Para tanto, este estudo tem como objetivo realizar um diagnóstico sociocultural da situação dos quilombos sergipanos a partir das publicações encontradas no período de 2015 a 2019 na base de dados do *Google Scholar*. Foi desenvolvida uma pesquisa nesta plataforma, no período de agosto a novembro de 2019, aplicando separadamente os nomes de cada quilombo. Apareceram 6.180 artigos que abordavam em algum momento os termos do descritor, embora somente 68 tenham proporcionado efetivamente informações sobre cada quilombo e/ou tenham feito um diagnóstico sociocultural de algum dos territórios quilombolas dentro do recorte cultural estabelecido. Portanto, constata-se que existe um número muito pequeno de publicações acerca da temática, pois metade dos quilombos não foram abordados nas pesquisas científicas, o que demonstra a invisibilidade social desses territórios, na medida em que se tratam de experiências territoriais que denunciam a precária assistência do poder público.

**Palavras-Chave:** Quilombolas; Vulnerabilidade; Sergipe; Ações estatais.

**Abstract:** Quilombos are spaces of cultural resistance that denounce state omission or ineffectiveness to minimize the socioeconomic vulnerability of these communities. Therefore, this study aims to make a diagnosis of Sergipanos quilombos from the publications found from 2015 to 2019 in the Google Scholar database. Thus, a survey was carried out on the aforementioned platform from August to November 2019, applying separately the names of each quilombo. A total of 6,180 articles appeared that addressed the terms of the descriptor at some point, although only 68 actually provided information about each quilombo and / or made a sociocultural diagnosis of any of these spaces within the established cultural framework. Therefore, it appears that there is a very small number of publications on the subject, because half of the quilombos were not addressed in scientific research, which demonstrates the social invisibility of these territories, as these are mechanisms that denounce the poor assistance of the government.

---

<sup>1</sup> Graduada em Odontologia, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFS e Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPE. E-mail: flaviareginasf@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado e mestre em Geografia, pela UFPE. Doutor pela Universidade de Paris III. Pós-doutor em Geografia, pela Universidade Ca' Foscari (Veneza-Itália) e Professor Associado do Departamento de Ciências Geográficas – UFPE e do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA - UFPE. E-mail: claudiocastilho44@gmail.com

<sup>3</sup> Graduado em Engenharia Agrícola pela UFV. Mestre e doutor em Irrigação e Drenagem – UFV. Pós-doutor em Geografia Física pela Universidade de Sevilha. Professor do Departamento de Engenharia Agrícola - DEAGRI- UFS e do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA –UFS. E-mail: [gregorioufs@gmail.com](mailto:gregorioufs@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduado em Biomedicina. Mestre em Saúde Coletiva – UEFS. Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFS. Prof. Adjunto do Departamento de Educação em Saúde e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Culturas Populares – UFS. E-mail: robertosl3@hotmail.com

**Keywords:** Quilombolas; Vulnerability; Sergipe. State actions.

## **Introdução**

Os quilombos são territórios de resistência cultural, nos quais os descendentes de ex-escravizados expressam sua identidade territorial através das mais diversas manifestações culturais (língua, religião, uso de ervas medicinais, etc.). Representa uma esperança de vida digna e reterritorialização de um povo que foi expropriado do seu direito à terra em contraponto ao modelo capitalista e a padrões de organização da sociedade atual (PADILHA; NASCIMENTO, 2013).

Apesar da formação dos quilombos ter sido uma das principais estratégias de contraposição ao regime escravocrata, e da sua importância para a manutenção do legado sociocultural do patrimônio afro-brasileiro, o reconhecimento dos direitos dos quilombolas iniciou-se apenas com a Constituição Federal de 1988. A luta pela terra, o marco da reivindicação pelo direito à integralidade humana, manifestação cultural, religiosa, políticas públicas e perpetuação étnica são algumas diretrizes constitucionais que devem nortear as políticas públicas. A ressignificação do quilombo a partir dos dispositivos legais tem, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Carta Magna e no Decreto nº 4.887/2003, a caracterização como grupamentos dotados de trajetória histórica própria e relações territoriais específicas relacionadas com a sua ancestralidade negra (ARRUTI, 2016).

As comunidades quilombolas são formadas por grupos sociais que se unem ou são mobilizados por organizações de diferentes naturezas (políticas, sindicais, religiosas, sociais, etc.) em busca do autoreconhecimento, como segmento específico que reivindica o território enquanto elemento central e imprescindível para a (re)existência do quilombo.

A questão quilombola no Brasil perpassa uma história de lutas por reconhecimento dos elementos étnicos, identitários e territoriais. Ultrapassa a perspectiva privatista de propriedade, ao assumir o quilombo como território de perpetuação dos elementos da ancestralidade negra. Assim, é necessário compreender que a busca pela efetivação dos direitos territoriais quilombolas no Brasil passa pelos processos de certificação e titulação.

A certificação configura-se num movimento de reivindicação do status de quilombo e dos seus direitos sociais e civis junto ao poder público. É a fase executada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em nível federal, que reconhece e certifica as comunidades quilombolas com base em sua história, costumes e, principalmente, sua cultura. Constitui-se

no primeiro passo para abertura do processo de titulação do território, que consiste na emissão do título de propriedade, principal demanda das comunidades (PALMARES, 2019).

Após a certificação, para obter o título da terra as comunidades quilombolas entram em contato com a Superintendência Regional do INCRA do seu respectivo estado federado para que se iniciem os estudos à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. A etapa seguinte refere-se à análise dos dados coletados, elaboração e aprovação do relatório final. Por fim, o INCRA publica a portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola, seguindo-se da etapa de regularização fundiária, quando não-quilombolas são removidos das terras demarcadas e os imóveis particulares são desapropriados. Somente após esse processo, chamado “desintrusão”, é que é concedido o título de propriedade à comunidade, tratando-se de uma conquista coletiva, inalienável e em nome da associação dos moradores da área (INCRA, 2020).

Percebe-se, assim, que, enquanto a certificação garante a posse do território, o acesso às primeiras políticas públicas e o reconhecimento enquanto comunidade quilombola, o título da terra propicia a tão sonhada “propriedade”, uma garantia de autonomia da comunidade, bem como uma segurança jurídica que concede uma maior legitimidade e tranquilidade para a gestão territorial.

A vulnerabilidade socioeconômica em que vivem as comunidades quilombolas em Sergipe, assim como nos demais estados do Brasil, é uma realidade. Das 4.196 famílias cadastradas no INCRA, 3.053 (72,8%) dependem de programas de assistência (Bolsa Família) para o complemento da renda familiar e 71,9% (3.017 famílias) desse público estão classificados na faixa de renda de “extrema pobreza”. Acrescenta-se ainda que 79,3% das famílias quilombolas sergipanas situam-se na zona rural, existindo no nosso Estado apenas um quilombo urbano, que é a Maloca situado em Aracaju (CADÚNICO, 2020).

As comunidades quilombolas, de uma forma geral, permanecem em busca da efetivação dos seus direitos, apesar das garantias constitucionais. Muitas de suas necessidades básicas ainda não supridas pelo Estado fazem com que as famílias quilombolas em geral vivam em condições de vida mais precárias do que as dos demais segmentos da sociedade brasileira (Tabela 01).

**Tabela 1 - Infraestrutura e Acesso a Serviços Públicos das Famílias Quilombolas e Não Quilombolas Sergipanas.**

	Famílias Quilombolas (4.186)		Famílias não quilombolas (481.464)	
	N	%	N	%
Ruas totalmente calçadas	2.047	48,8%	289.118	60%
Rede geral de abastecimento de água	1.703	40,59%	343.854	71,38%
Coleta regular de lixo	2.411	57,48%	367.256	76,28%
Rede coletora de esgoto	311	7,4%	177.141	36,79%
Alvenaria com reforma	3.057	72,86%	366.909	76,21%

Fonte: Elaborado a partir do CADÚNICO (2020).

Observa-se que a rede de saneamento ambiental (rede de água, coleta de resíduos e sobretudo de esgotamento sanitário) é ainda muito precária em Sergipe, mas a situação das famílias quilombolas é ainda pior do que a das famílias não quilombolas no estado.

Apesar dos avanços na política habitacional nos quilombos, principalmente a partir do programa Minha Casa Minha Vida Quilombola, as disparidades entre as famílias quilombolas e não quilombolas demonstram a necessidade de maior direcionamento de ações e recursos a fim de superar a história de negligência vivenciada por essas comunidades.

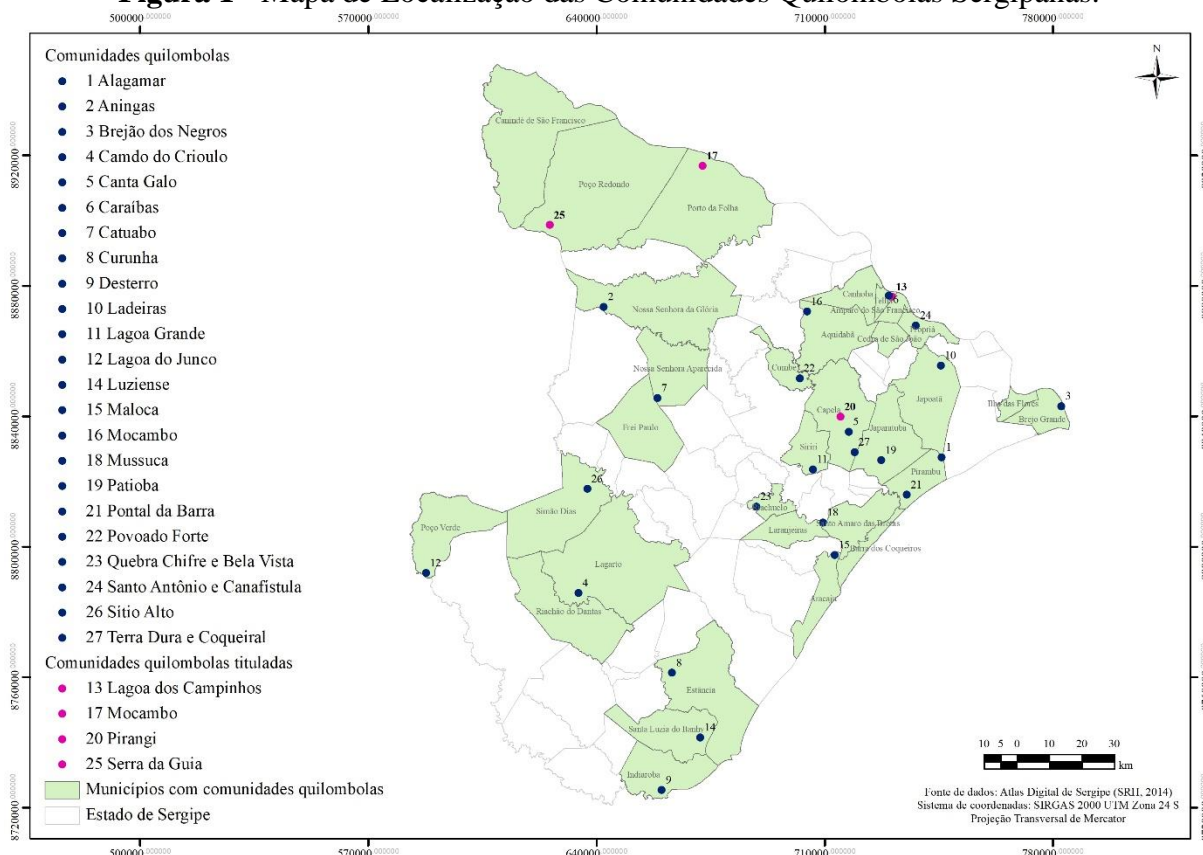
Acerca dos conflitos socioambientais, Lacerda; Mendes (2016) apontam que no ano de 2015 foram mapeados 9 conflitos territoriais no estado de Sergipe, dos quais seis envolviam comunidades quilombolas (66%). Essa proporção superou a média nacional que foi de 21,55% dos conflitos no Brasil envolvendo comunidades quilombolas. Os autores apontam ainda, que dentre as consequências dos conflitos, a alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território é o principal impacto apontado (65,66% do total dos conflitos), seguido da disputa oriunda da falta/irregularidade na demarcação de um Território Tradicional (40,07%).

As conquistas quilombolas, sobretudo as territoriais, sempre foram fruto de muita luta e resistência contra os interesses hegemônicos da parte dos empresários e latifundiários, muitas vezes com o apoio do próprio Estado. As disputas pelos territórios quilombolas impõem às comunidades processos de vulnerabilização como estratégia de minar sua resistência e reduzir sua capacidade de organização, o que constituem barreiras à emancipação e melhoria das reais condições de vida dos quilombolas.

Andrade et al. (2017) afirmaram existirem mais de três mil comunidades quilombolas no Brasil, representando 214 mil famílias e 1,17 milhão de pessoas. Destes quilombos, 1.536 são certificados, 876 estão no Nordeste e 32 em Sergipe (SILVA, 2017).

Sergipe é o menor estado brasileiro, localiza-se na região Nordeste do Brasil, com uma área territorial de 21.938,184 Km<sup>2</sup>, possui população estimada em 2.318.822 milhões de habitantes e índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,665 (IBGE, 2020). Possui 75 municípios, distribuídos em 7 (sete) territórios: Alto Sertão, Médio Sertão, Agreste, Leste Sergipano, Grande Aracaju, Centro Sul Sergipano, Sul Sergipano, e Baixo São Francisco. Nessa área, existem 32 territórios quilombolas certificados (Figura 1), com 5.438 famílias cadastradas e autorreconhecidas como remanescentes e apenas quatro dessas comunidades foram tituladas até 2019, que são: Mocambo, Pirangi, Lagoa dos Campinhos e Serra da Guia. Entretanto, outros 14 quilombos ainda se acham em busca da certificação, totalizando 46 territórios que abrigam descendentes de pessoas escravizadas no estado (SILVA, 2017).

**Figura 1 - Mapa de Localização das Comunidades Quilombolas Sergipanas.**



Fonte: Elaborado a partir do SRH (2014).

Percebe-se que 07 comunidades quilombolas certificadas não estão representadas neste mapa, o que se deve ao fato de não estarem georreferenciadas no site da Fundação

Palmares e/ou nos artigos encontrados, e ao fato de não existirem dados cartográficos que possibilitassem a localização precisa dessas comunidades.

Para superar o cenário de invisibilidade e vulnerabilidade socioeconômica, no qual os quilombolas sempre estiveram desde o período colonial, é necessário que suas comunidades delineiem estratégias de organização em prol da conquista territorial. O engajamento coletivo associado à articulação com parceiros como Universidades, ONG e Pastorais constituem instrumentos para fazer valer os seus direitos sociais. O papel de pesquisadores nos quilombos pode servir para produção de evidências a serem utilizadas no processo de reafirmação identitária das comunidades, bem como nos jurídicos e institucionais necessários à efetivação, também, de seus direitos territoriais.

O alarmante número de territórios quilombolas que ainda precisam ser reconhecidos, pelos órgãos gestores das políticas de garantia de direitos e por toda a sociedade sergipana e brasileira demonstra a importância das pesquisas científicas. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo realizar um diagnóstico sociocultural da situação dos quilombos sergipanos a partir das publicações encontradas no período de 2015 a 2019 na base de dados do *Google Scholar*

## **Metodologia**

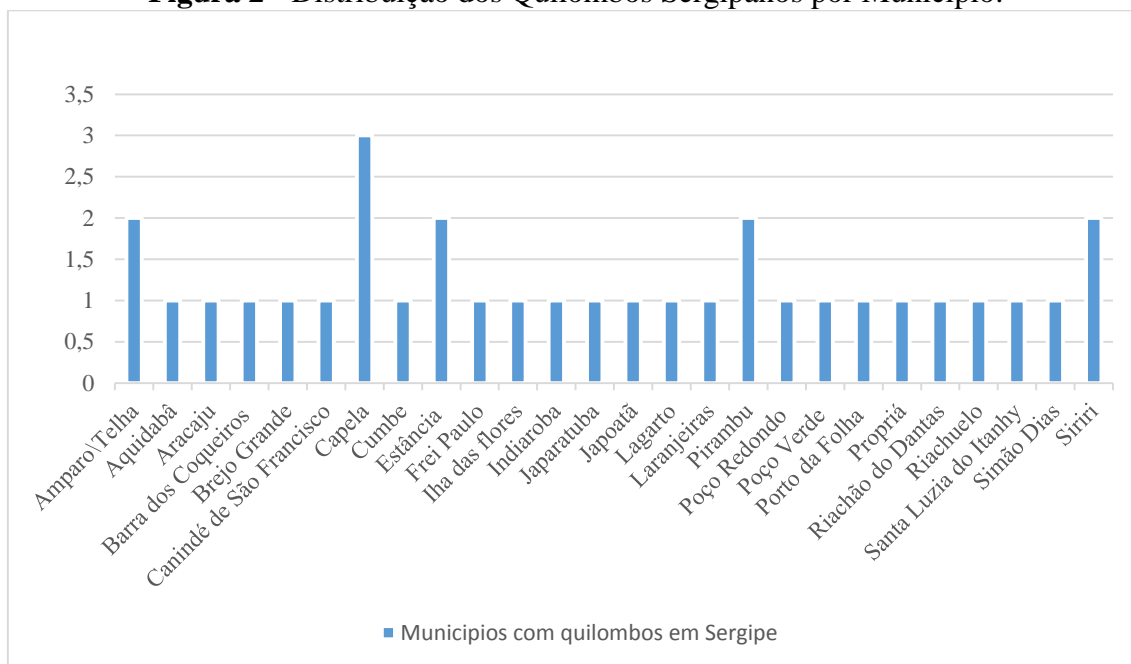
Para a realização deste estudo foi feita uma pesquisa bibliográfica a fim de analisar as condições de vida (educação, saúde, renda, infraestrutura, manifestações culturais) dos quilombos sergipanos. Para tanto, realizou-se uma revisão de artigos científicos, a partir de busca na base de dados da plataforma de pesquisa *Google Scholar*.

Utilizou-se, primeiramente, como descritor, o termo “quilombo” no idioma português. Foram visualizadas 6.180 publicações científicas, entretanto os manuscritos não contemplavam o objetivo deste artigo, que é analisar as condições de vida e vulnerabilidades de cada quilombo de Sergipe. Foi desenvolvida uma nova busca, na mesma plataforma, aplicando separadamente os nomes de cada comunidade quilombola, utilizando a marcação do período de 2015-2019. A definição desse período se deu em virtude do fato que a maioria dos títulos de propriedade das comunidades sergipanas terem sido emitidos a partir de 2012. O último título foi emitido em 2013 para o quilombo Pirangi, em Capela/SE. Foram encontrados 69 trabalhos que abordavam os quilombos sergipanos e traziam discussões acerca das condições de vida das comunidades estudadas. A pesquisa foi desenvolvida no período de agosto a novembro de 2019.

## Resultados e Discussões

Dos 75 municípios sergipanos, 26 possuem territórios de comunidades quilombolas e apenas 5 destes possuem mais de um quilombo no seu território (Figura 02), são eles: Capela (3), Amparo/Telha (2), Estância (2), Pirambu (2) e Siriri (2). Isto demonstra a morosidade intencional do referido processo, o que se acha associado à própria natureza da formação territorial do Brasil.

**Figura 2** - Distribuição dos Quilombos Sergipanos por Município.



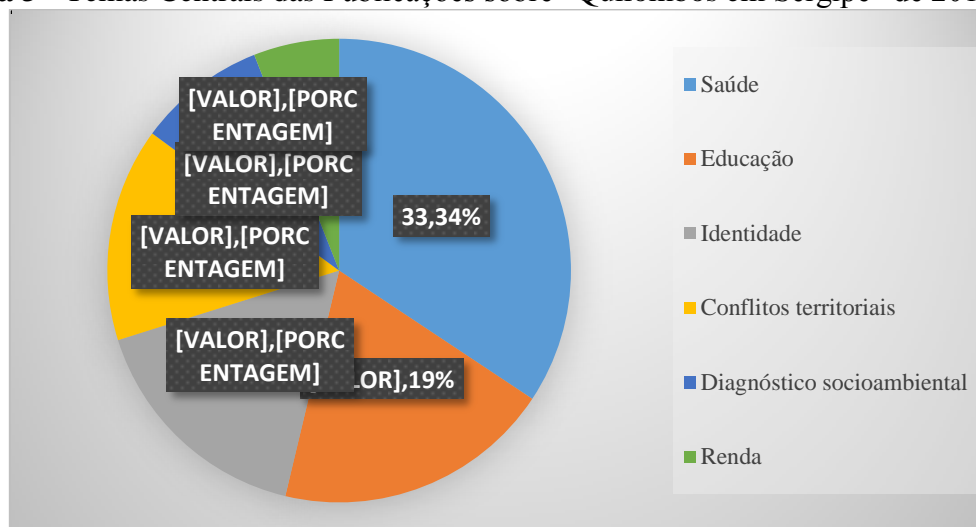
**Fonte:** Elaborado a partir da Fundação Palmares (2020).

A maioria dos trabalhos consultados traz abordagens referentes aos temas cruciais ao processo de efetivação da conquista de direitos sociais pelos quilombolas, quais sejam: Saúde (23); Educação (13); Identidade (11); Conflitos territoriais (10); Diagnóstico socioambiental (6); Renda (4); e, por fim, Mobilização Social (Figura 03).

As publicações sobre saúde abordaram questões relativas ao acesso e às causas de adoecimento da população negra (33,34 %): carência nutricional, hipertensão, doenças cardiovasculares, anemia falciforme e infecções sexualmente transmissíveis (IST), concluindo que a vulnerabilidade desses povos é maior, em virtude da dificuldade em termos de acesso a ações e serviços (MENEZES et al., 2015, SOBRAL et al., 2016, PASSOS et al., 2017, SANTOS et al., 2018). Ressalta-se que destas publicações (33,34%), somente 6% (4 dos 23 artigos tratam da saúde) trazem aspectos subjetivos como o resgate da autoestima, das práticas

de autocuidado nos quilombos como danças de roda, uso de rezas e ervas medicinais, samba de coco, etc. (TORALES; VARGAS; OLIVEIRA, 2018; LACERDA, 2018; LACERDA; MENDES, 2016).

**Figura 3 - Temas Centrais das Publicações sobre “Quilombos em Sergipe” de 2015-2019.**



Fonte: Org. AUTORES, 2019.

A temática educação (13,19%) retrata como o reconhecimento da cultura e identidade é imprescindível para o empoderamento e a conquista da cidadania. De modo que foram suscitados temas como: o uso do livro didático e a elaboração de currículos contextualizados aos valores e crenças quilombolas; da consolidação das histórias orais como resgate da memória comunitária; e da fotografia como recurso didático para ressignificação do espaço e identidade territorial (LIMA; LIMA, 2016, BISPO, 2018; SANTANA et al., 2018; IZIDORO; CORREIA, 2017).

A identidade apareceu como o terceiro aspecto mais discutido (11,17%) versando sobre manifestações culturais, uso de ervas medicinais e tradições nos quilombos Mussuca, Brejão dos Negros, Serra da Guia, Sítio Alto e Maloca. Com relação aos aspectos identitários, as análises ressaltam a importância das práticas tradicionais como a confecção de materiais típicos da cultura quilombola (ornamentos, bijuterias, crochês, etc.), a valorização da autoestima das pessoas através de projetos como Criança e Liberdade (CRILIBER) e das relações de algumas comunidades com o Rio São Francisco (BECKER, 2016; ALMEIDA, 2019).

Os conflitos territoriais e a questão fundiária apareceram em 10,15% dos artigos, demonstrando sua importância para dar legitimidade à luta pela conquista da terra, sobretudo em comunidades como Mocambo (Porto da Folha), Amparo de São Francisco, Brejão dos Negros (ARRUTI, 2016; ALVES et al, 2017; BADIRU; SIMORNARDI, 2018).



Enquadraram-se na categoria “Diagnóstico socioambiental” todas as publicações (6,9%) que destacam a descrição do modo de organização e funcionamento das comunidades abordadas neste artigo: Mocambo (Porto da Folha), Luzienses, Brejão dos Negros, Mussuca e Pontal da Barra.

A questão do desenvolvimento local foi discutida a partir das iniciativas de complemento da renda familiar e da sustentabilidade dos quilombos (4,6%), com valorização dos saberes locais e tradicionais. Por este motivo, a criação de galinhas de capoeira foi colocada como um incremento no rendimento das mulheres residentes no quilombo Brejão dos Negros e a horta, avicultura e criações de porcos em Pirangi (SANTANA et al, 2018; CONCEIÇÃO, 2019). Além disso, o turismo local de base comunitária foi considerado como iniciativa empreendedora apontada para os casos dos quilombos de Mocambo e Brejão dos Negros (PINHEIRO, 2018; OLIVEIRA; ALEXANDRE, 2016).

A Mobilização social foi discutida como estratégia para o fortalecimento comunitário, os artigos encontrados explicitaram como uma rede de apoio dos representantes locais com o movimento negro é essencial para o fortalecimento do território e, por seu turno, para a reivindicação das políticas públicas implementadas por práticas de participação social.

Ressalta-se que, em Sergipe, existem duas comunidades quilombolas com o mesmo nome “Mocambo”. A primeira situa-se no município de Porto da Folha, foi a primeira comunidade quilombola certificada no estado (em 2000), e com o título parcial da terra desde 2012. Ao passo que a segunda localiza-se no município de Aquidabã, tratando-se de uma comunidade recente, que obteve sua certificação em 2013.

Percebe-se ainda, que os quilombos Mocambo (Porto da Folha), Brejão dos Negros, Mussuca e Maloca foram os territórios que mais se destacaram nos periódicos, dissertações e teses, com 39 achados no total (Tabela 02). Acredita-se que a maior parte das publicações seja dessas comunidades, pois Mocambo é o quilombo mais antigo do estado federado de Sergipe e o segundo do país; Brejão dos Negros é uma região de vasta beleza e potencial turístico; Mussuca (Laranjeiras) possui intensa carga de influências afrodescendentes, sendo considerada a “África Sergipana” e a Maloca, por ser o único quilombo urbano do estado.

Os Quilombos Patioba, Pirangi, Pontal da Barra, Sítio Alto, Canta Galo e Terra Dura/Coqueiral foram encontrados um número considerável de trabalhos (21). Enquanto isso, os quilombos Aningas, Lagoa dos Campinhos, Serra da Guia, Luzienses, Alagamar e Caraibas tiveram apenas entre 1 e 2 publicações cada. Os demais quilombos não tiveram nenhuma publicação no período consultado: Mocambo (Aquidabã), Campo Criolo, Catuabo, Curuanha,

Bongue, Lagoa Grande, Povoado Forras, Rua dos Negros, Porto Areia, Quebra Chifre, Ladeiras, Povoado Forte, Desterro, Castanhal, Lagoa do Junco e Santo Antônio Canasfistula.

**Tabela 2** - Resultado da exploração dos trabalhos na plataforma *Google Scholar*.

	Quilombo	Resultados encontrados na plataforma	Publicações encontradas
1.	Mocambo (Porto da Folha)	290	12
2.	Brejão dos Negros	45	12
3.	Mussuca	50	09
4.	Maloca	71	06
5.	Patioba	26	05
6.	Pirangi	26	04
7.	Pontal da Barra	100	03
8.	Serra da Guia	390	02
9.	Sítio Alto	941	03
10.	Canta Galo	124	03
11.	Terra Dura e Coqueiral	459	03
12.	Aningas	17	02
13.	Lagoa do Campinho	44	02
14.	Luzienses	12	01
15.	Alagamar	20	01
16.	Caraibas	72	01
17.	Mocambo (Aquidabã)	290	Nenhuma
18.	Campo do Criolo	20	Nenhuma
19.	Catuabo	14	Nenhuma
20.	Curuanha	10	Nenhuma
21.	Bongue	16	Nenhuma
22.	Lagoa Grande	562	Nenhuma
23.	Povoado Forras	6	Nenhuma
24.	Rua dos negros	970	Nenhuma
25.	Porto da Areia	220	Nenhuma
26.	Quebra chifre	33	Nenhuma
27.	Ladeiras	150	Nenhuma
28.	Povoado forte	990	Nenhuma
29.	Desterro	83	Nenhuma
30.	Castanhal	61	Nenhuma
31.	Lagoa do Junco	47	Nenhuma
32.	Santo Antônio Canafístula	21	Nenhuma

Fonte: Org. AUTORES, 2019.

Os quilombos com mais publicações encontradas foram, respectivamente, Mocambo de Porto da Folha (12), Brejão dos Negros (12), Mussuca (8) e Maloca (6).

**A comunidade de Mocambo** situada no município de Porto da Folha (SE), certificada desde 2000, localiza-se a aproximadamente 185 km da capital Aracaju, na microrregião do Alto Sertão, sendo composto por 178 famílias. Quanto à titulação parcial dos 704, 1227 hectares ocorreram em 2012 (2 títulos) e em 2013 (10 títulos) sendo esta marcada por intensos conflitos (INCRA, 2016). Mocambo possui água encanada, energia elétrica, ruas calçadas, mas sem rede sanitária de esgoto, a drenagem corre a céu aberto em direção às margens do rio, não há coleta de resíduos, sendo o lixo incinerado pela comunidade (SANTOS, 2014).

Nesse sentido, a conquista da terra tem um valor material e simbólico imensurável, um verdadeiro rito de passagem para a conquista da cidadania e inserção social. Ademais, “a eficácia simbólica desse rito pode ser auferida pela capacidade de elaborar uma nova identidade e pelas estratégias políticas que a comunidade quilombola é capaz de desenvolver” (BADIRU; SIMORNARDI, 2018, p. 25).

A escola nessa comunidade (Escola Estadual 27 de Maio) oferta o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, atendendo tanto a alunos da comunidade quilombola quanto aos não quilombolas moradores de povoados vizinhos. Brito et al. (2016) afirmam que na escola quilombola há aulas contextualizadas e docentes que prezam pela diversidade cultural brasileira, sobretudo a dos quilombos. Para tanto, Izidoro; Correia (2017) propuseram novos métodos de ensino-aprendizagem, utilizando a fotografia para realizar análises da percepção dos estudantes acerca do território ao qual pertencem e em que vivem. Concluindo que o espaço pode ser ressignificado a partir da orientação teórico-metodológica que a ciência geográfica oferece e que a fotografia é um dispositivo interessante para recriar novas leituras de mundo e traçar uma análise crítica da realidade.

Lacerda (2016) e Lacerda; Mendes (2018), ao estudarem sobre como os saberes e práticas tradicionais de cuidado em saúde constroem territorialidades, perceberam que os quilombolas contribuem para a conservação ambiental por meio de ações de manutenção das matas ciliares para evitar o assoreamento do rio, da não supressão da vegetação nativa e da valorização etnobotânica pelo uso de ervas medicinais.

Com relação à saúde, Santos et al. (2018) observaram a alta prevalência de hipertensão arterial nas comunidades quilombolas de Sergipe (26%) quando comparada às estimativas da população total (20,4%) do mesmo estado. Ao passo que Neves (2016) analisou o estado nutricional de crianças quilombolas menores de 5 (cinco) anos de idade residentes em comunidades quilombolas tituladas até 2009, observando que a desnutrição crônica apresentou um quadro ainda mais alarmante na população de estudo, destoando do cenário nacional, em que havia um decréscimo. Houve ainda um pequeno déficit de estatura nessas crianças, que pode ter relação com a prevalência da alta proporção de indivíduos com enteroparasitoses. Esses artigos referentes aos quilombolas no Nordeste podem estar relacionados com as condições de vida da região, caracterizadas por graves desigualdades socioterritoriais.

**O quilombo Brejão dos Negros** situado em Brejo Grande, certificado em 2006, não desfruta de infraestrutura básica como: água encanada e tratada, saneamento básico, posto de saúde, escola e hospitais de qualidade. A educação é precária e os quilombolas têm que se

deslocar ao povoado Saramém para ter acesso à escola, não havendo registros de quilombolas com nível superior. A assistência básica de saúde também é deficitária, pois não existe atenção à saúde sexual e reprodutiva para as mulheres, o que é demonstrado nos altos índices indesejados de natalidade. A renda familiar não ultrapassa 3 salários mínimos e a maioria da população é assistida pelo programa bolsa família (BECKER, 2016).

Brejão dos Negros faz parte da bacia hidrográfica do rio São Francisco no extremo litoral norte sergipano. É caracterizado pela diversidade ecológica (floresta atlântica, mananciais litorâneos, aspectos do cerrado e da caatinga), seu relevo é composto por dunas e alagadiços interligados aos mangues, lagoas e ilhas, que compõem uma vasta paisagem natural, a qual desde 2004 faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte (BOMFIM, 2016; BOMFIM, 2017).

De acordo com Conceição (2019), em Brejão dos Negros residem cerca de 800 famílias (aproximadamente três mil pessoas), entretanto somente 366 delas fazem parte do quilombo, uma vez que as outras não se reconhecem como quilombolas. As famílias são numerosas e compostas por uma média de seis a doze indivíduos; estes em geral moram em casas simples construídas em alvenaria (com dois ou três cômodos), ou de taipa cobertas com palhas. Entre as principais manifestações culturais pode-se citar: o maracatu, o ritmo, a dança, a reza e o uso de ervas medicinais (como tratamento de saúde, pois só existe um posto médico em Brejão que não faz o atendimento todos os dias da semana e os medicamentos nunca estão disponíveis para a população, etc.).

O uso do território em Brejão dos Negros passou por diferentes perspectivas econômicas. Inicialmente, a ocupação da área esteve relacionada com a lavoura canavieira, posteriormente essa atividade foi substituída pela rizicultura (BOMFIM, 2018). O cultivo de arroz alcançou seu apogeu com a construção de quatro fábricas de arroz. Entretanto, essas fábricas se encontram desativadas. Com a construção da barragem de Xingó, as lagoas salinizaram e a carcinicultura, com a criação de viveiros de camarão, foi outra atividade realizada na área, provocando sérios impactos ambientais, inclusive com a supressão de áreas de manguezal (ALVES et al., 2017).

Ressalta-se que existem poucos locais para o cultivo, pois as terras foram ocupadas por grandes empresários para fins de especulação imobiliária e criação de viveiros de camarão. Os quilombolas tentam diversificar suas atividades econômicas para gerar renda, de modo que trabalham com a pesca e a catação dos crustáceos, o cultivo de arroz e a extração do coco. As mulheres produzem e comercializam esteiras de palha de junco, bordados

artesanais, além de se ocupar da pesca e da catação do caranguejo (CONCEIÇÃO, 2019; ALVES et al., 2017).

Para Pinheiro (2018), Brejão dos Negros possui grande potencial para o Turismo de Base Comunitária (TBC) por estar localizado em área próxima à foz do rio São Francisco, além de possuir variedade em termos de cultura e recursos naturais. O TBC propõe que o planejamento e a operacionalização da atividade sejam desenvolvidos pelos comunitários, a fim de viabilizar a geração de renda, promover a preservação e valorização cultural e ambiental do local (OLIVEIRA; ALEXANDRE, 2016).

Alves (2019) chama atenção para o fato de que o Quilombo Brejão dos Negros é composto por seis comunidades rurais: Brejão dos Negros, Carapitanga, Guaratuba, Saramém, Resina e Santa Cruz. E, na última comunidade, a agricultura familiar tem destaque com a criação de galinhas de capoeira ou caipira, favorecendo a utilização da mão de obra feminina e jovem, além de ser uma prática de fácil manejo e agroecológica. Na comunidade Santa Cruz, percebeu-se rico potencial etnobotânico, pois existem pelo menos 58 espécies vegetais nativas com finalidades medicinais e de ornamentação: Cambuí que é utilizado na alimentação, ingestão de sucos e degustação dos frutos; a Amescla (*protium heptaphyllum*) e a Sambacaitá (*mesosphaerum pectinatum*) que são anti-inflamatórios e da Canela-de-veado ou Pirunga (*eugenia ligustrina*) e o Genipapinho (*tocoyena sellowiana*) que servem para o cercamento de terrenos e construção de casas de taipa (ANDRADE et al., 2017).

**O quilombo Mussuca** situa-se no município de Laranjeiras, foi certificado em 2005, possui população estimada de 2 mil pessoas ocupando aproximadamente 130 habitações (TORALES et al, 2015; TORALES; VARGAS; OLIVEIRA, 2018). A principal fonte de renda da comunidade é a agricultura de autoconsumo com a plantação de mandioca, feijão, milho e a pesca, de onde são extraídos crustáceos para o consumo e venda em feiras da região (MIRANDA, 2018).

A comunidade tem água encanada, energia elétrica, posto de saúde e uma escola, mas a escolaridade é baixa, 25% dos quilombolas largaram seus estudos antes de finalizar as séries iniciais. Sobre a religião, 75% das pessoas se consideram católicas/as e 25% candomblecistas (FRANÇA; MENDES, 2019). As principais manifestações culturais são as danças de São Gonçalo, Samba de Coco e Samba de Pareia. As danças tradicionais revelam a hierarquia patriarcal, em que os homens mais velhos também denominados “patrão” lideram a dança acompanhado da “mariposa” que é a condutora do barco e dos demais participantes, tocadores de viola e reco-reco (BATISTA; MENEZES; CHAGAS, 2016).

Mussuca é uma das cinco comunidades, no estado de Sergipe, que possui uma escola estadual e atende a população até o ensino médio, as outras são a Comunidade Ladeiras/Japoatã; Porto D'areia/Estância; Brejão/Brejo Grande e Mocambo/Porto da Folha (BISPO, 2018; (SANTOS; SANTOS; RIBEIRO, 2016).

**Maloca** é o único quilombo urbano do estado de Sergipe e a segunda maior comunidade desse gênero no Brasil. Situa-se no município de Aracaju, numa área de morro, tendo sido certificada em 2006. Possui 50 famílias, 200 habitantes, serviços de água encanada, energia elétrica e pavimentação das ruas (SANTOS; SANTOS; RIBEIRO, 2016; CONCEIÇÃO, 2019).

A formação desse quilombo foi oriunda de negros refugiados dos grandes canaviais sergipanos que buscavam melhorar a sua qualidade de vida se instalando na capital-Aracaju e ali encontraram a sua identidade afro-brasileira (GUIMARÃES; SHIMADA, 2017). Entretanto, mesmo estando na área urbana, a comunidade vivencia, até os dias atuais, uma série de problemas sociais desde o racismo, a discriminação e a perseguição dos agentes estaduais em função da prática religiosa de matriz africana (LACERDA, MENDES, 2016). A fim de fortalecer a negritude dos “maloqueiros” foram criados diversos projetos como o “Dialogando Contra o Racismo”, pelos quais, por meio de oficinas de capoeira e estética negra procura-se valorizar as raízes da comunidade e descaracterizar o padrão de beleza europeia socialmente instituído (ALMEIDA; MESQUITA, 2019).

Ressalta-se que, na Maloca, surgiu o projeto CRILIBER promovido por uma Organização Não Governamental (ONG) que atua desde a década de 1980 com ações de inclusão social e educação étnico-racial. A economia do quilombo baseia-se no turismo cultural que está associado às festividades, culinária e representações africanas locais que acontecem na praçinha do quilombo e funcionam como recursos complementares da renda familiar. Os quilombolas são beneficiários de programas sociais como o bolsa família; os homens trabalham fora do quilombo em atividades como a construção civil e prestação de serviços gerais e as mulheres realizam serviços gerais, muitas vezes nas casas de família, além do bordado e da costura (CONCEIÇÃO, 2019).

A seguir com um número um pouco menor de publicações apareceram os quilombos da Patioba (4), Pirangi (4), Canta Galo (3), Terra Dura/Coqueiral (3), Pontal da Barra (3) e Sítio Alto (3).

**A comunidade Patioba** localiza-se numa área rural, situada no município de Japarutuba/SE. Possui 143 famílias cadastradas, compostas por aproximadamente 700 habitantes. O quilombo apresenta infraestrutura precária que interfere na qualidade de vida,

tendo em vista a ausência de espaços de lazer, insatisfatórias condições sanitárias, com ausência de coleta de lixo e abastecimento de água, que é realizado, como em vários lugares do Nordeste, por meio de caixas d'água, mantidas por poço artesiano e/ou carro pipa que funcionam por sistema de bombas (TORALES; VARGAS; OLIVEIRA, 2018).

Nessa comunidade, os estudos encontrados tratavam apenas de condições específicas de saúde. Torales; Vargas; Oliveira (2018) entrevistaram 101 sujeitos pertencentes a Patioba com idade média de 41 e 42 anos, sendo a maioria constituída por mulheres (86; 85,1%). Constatando que o sexo feminino, idosos e pessoas de baixa escolaridade apresentam maior prejuízo em termos de qualidade de vida e sofrem de baixa autoestima. Nesse sentido, Sobral et al. (2016) realizaram um diagnóstico da situação das mulheres quilombolas da Patioba percebendo a situação de vulnerabilidade social e ausência de acesso a serviços de saúde com a qualidade devida ao povo. Por sua vez, Santos et al. (2019), trouxeram seus relatos de experiências acerca das ações educativas para combate ao *Aedes aegypti*, registraram a dificuldade de controle larvário face à precária infraestrutura e situação sanitária local (casas de taipa, falta de água encanada, coleta de lixo regular), bem como ausência de agentes de saúde.

Nessa perspectiva, Menezes et al. (2015) avaliaram o nível de conhecimento dos quilombolas da Patioba acerca da Anemia Falciforme (AF) com relação ao modo de transmissão da doença, manifestações orais, autocuidado e aconselhamento genético, bem como a ciência da ocorrência de AF na família dos indivíduos. Detectaram que 72,3% (267) dos indivíduos da amostra não possuíam adequada compreensão sobre anemia e traço falciforme e 95% não sabiam a forma de transmissão da doença. Esses dados nortearam a execução da intervenção educativa e proporcionou a esta comunidade o acesso à informação em tempo oportuno, antes da decisão reprodutiva de indivíduos com risco genético para gerarem filhos com AF, considerando que a maioria 79% (211) encontra-se em idade reprodutiva entre 18 e 49 anos.

Com relação à educação em saúde, Torales et al. (2018) por meio de estudo quantitativo com 267 quilombolas da Patioba constataram a insuficiência de práticas de autocuidado na comunidade, percebendo que os quilombolas não se alimentam bem, não realizam exercícios físicos, nem exames preventivos, só procurando os serviços de saúde quando o processo de adoecimento já está instalado, cenário que, provavelmente, relaciona-se à situação de invisibilidade desses sujeitos na sociedade brasileira.

O mesmo cenário de invisibilidade é encontrado nos três quilombos certificados pela Fundação Palmares no município de Capela (**Canta Galo, Pirangi e Terra Dura do**

**Coqueiral**). Ressalta-se que apenas Pirangi possui 4 publicações, os demais têm três artigos e todos eles versam especificamente sobre as questões epidemiológicas das comunidades. Somente o artigo que trata exclusivamente da comunidade Pirangi aborda os aspectos socioculturais locais e como ele contribui para a identificação e valorização sociolinguística, mesmo não existindo em Sergipe quilombos isolados e todos falam o Português afro-brasileiro e/ou o Português popular rural brasileiro (alternância de variedades) (SANTANA et al., 2018).

A **comunidade Pirangi** está localizada na zona rural do município de Capela/SE, Leste Sergipano, a aproximadamente 3 km da sede municipal e a 71 km de Aracaju, fazendo limite com Aquidabã, Muribeca, Japarutuba, Rosário do Catete, Siriri, Nossa Senhora das Dores e Cumbe (INCRA, 2016). Esse quilombo foi certificado em 2006 pela FCP, sendo composto por 55 famílias cadastradas no INCRA.

A Fazenda Pirangi não possui água encanada, esgotamento sanitário e sua principal fonte de abastecimento de água constitui-se de dois poços artesianos que irrigam a plantação e matam a sede dos animais. Concluindo sua análise, Santana et al. (2018) consideram Pirangi uma comunidade com potencial para busca de traços linguísticos peculiares, sendo carente apenas de documentação sociolinguística, pois é formada por descendentes diretos de escravizados afro-brasileiros e africanos, de modo que a maioria de seus membros mantém forte vínculo com a cultura dos antepassados e com as reminiscências da escravidão, pois se trata de uma área com grande quantidade de engenhos produtores de açúcar.

No que tange às publicações referentes aos aspectos de saúde, Santos et al. (2019) por meio de estudo transversal realizado no período de novembro de 2016 a abril de 2017 identificou o perfil de risco cardiovascular nas três comunidades quilombolas de Capela/SE, baseando-se nos índices antropométricos. A pesquisa demonstrou pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) que as mulheres consideradas na amostra possuem risco cardiovascular aumentado em relação aos homens: 77,6% das mulheres não foram classificadas como saudáveis, diante de 66,6% dos homens não saudáveis. Restando evidente que a obesidade e a tendência à aquisição de doenças cardiovasculares nessas comunidades são uma realidade.

Prado (2017) realizou estudo similar ao registrar a prevalência da hipertensão arterial sistêmica nas comunidades quilombolas do município de Capela. E, diferentemente do que acontece na população negra, não se observou tendência à hipertensão arterial nessas comunidades. Percebeu-se então que, não existem diferenças significativas entre as três comunidades quanto à pressão arterial sistólica e diastólica ( $p < 0,05$ ) e que a média da



pressão arterial sistólica e diastólica dos quilombolas em Capela está dentro da normalidade de acordo com a diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia (PRADO, 2017).

Esse dado difere do perfil das comunidades quilombolas brasileiras e sergipanas, que apresentam tendência a desenvolver picos hipertensivos. Nesse sentido, a prevalência de Hipertensão Arterial nas comunidades quilombolas de Sergipe (26%) foi elevada, quando comparada às estimativas da população geral (20,4%) do mesmo estado, com faixas etárias semelhantes. Além disso, a etnia negra demonstrou maior predisposição à rigidez arterial do que as demais (SANTOS et al., 2019).

Pesquisas com foco na saúde na **comunidade Pontal da Barra** também estão associadas aos altos índices de “hipertensão arterial sistêmica e sua associação a fatores de risco cardiovasculares na população quilombola” (SANTOS et al., p. 13, 2018). Portanto, acredita-se que essa realidade faça parte da vida dos quilombolas de Sergipe. A comunidade Pontal da Barra possui 89,7 Km<sup>2</sup>, situa-se no município de Barra dos Coqueiros, leste da planície litorânea de Sergipe, na região metropolitana de Aracaju. O quilombo possui 150 famílias que em sua maioria obtém renda para o sustento de suas famílias da pesca (mariscos, crustáceos como sururu, ostra, caranguejo, siri e guaiamu) nas áreas de mangues e apicuns (CONCEIÇÃO, 2019). O solo deste quilombo é arenoso, sem nutrientes, não propiciando a atividade agrícola, porém é possível encontrar agricultura de autoconsumo, sobretudo com o cultivo da mandioca. As habitações são precárias, construídas com madeira oriunda da restinga e das palhas de coqueiro e a comunidade não possui saneamento básico (PASSOS; SILVA; SANTOS, 2017).

Por fim, o **quilombo Sítio Alto** localiza-se em Simão Dias, no Centro Sul Sergipano, a 08 km da cidade e a 106 km de Aracaju, possui aproximadamente 150 famílias que têm a agricultura familiar como sua principal fonte de renda, teve seu reconhecimento efetivado no ano de 2014 pela FCP, porém ainda não possui título da terra. A economia tem base na agricultura familiar e os principais produtos cultivados são: mandioca, vários tipos de feijão, milho, couve, quiabo, alecrim, manjerição e diversas frutas. Há criação de ovelhas, galinhas, porcos e algumas cabeças de gado na comunidade, bem como a renda oriunda dos beneficiários dos programas sociais. As ruas da comunidade não são pavimentadas, mas as residências são de alvenaria, com energia elétrica e água encanada. A religiosidade é um marco desse povo, tendo como principal religião a católica. Não foram identificados, adeptos das religiões de matriz africana nessa comunidade (LACERDA; MENDES, 2018).

Silva (2017) discutiu acerca de como o quilombo Sítio Alto tem construído sua identidade étnica através da memória e da dança de roda. Constatando que a identidade

quilombola para essa comunidade é um processo em construção, embora ela possua ancestralidade oriunda de pessoas escravizadas da fazenda Rio dos Negros. Nesse sentido, Lacerda (2017) e Lacerda; Silva (2018) afirmam que esse quilombo tem como principais manifestações culturais a dança de roda, o banco de sementes crioulas, cujo significado supera a segurança alimentar da comunidade apresentando-se como uma estratégia de resistência ante o avanço das sementes transgênicas. Além disso, para os autores, os saberes e práticas tradicionais de cuidado em saúde constroem territorialidades e contribuem para a conservação ambiental, pois por meio da oralidade, ludicidade e musicalidade presentes nas danças de roda e no samba de coco, os vínculos entre as pessoas e o ambiente são fortalecidos.

Por fim, reuniu-se os quilombos que tiveram uma baixa ou inexistente quantidade de publicações, que foram: Lagoa dos Campinhos (2), Aningas (2), Alagamar (1), Caraíbas (1) Serra da Guia (2) e Luzinenses (1).

Em **Lagoa dos Campinhos**, as publicações encontradas contemplam aspectos ligados à luta pelo território e à educação no quilombo. Ele foi um dos primeiros territórios quilombolas sergipano reconhecido pelo INCRA, tendo sido certificado desde 2003. Possui 1.263 hectares onde vivem 108 famílias, nos municípios de Amparo de São Francisco e Telha, no Leste Sergipano. A comunidade é distribuída pelos povoados de Serraria, Lagoa Seca, Crioulo e Pontal, sendo marcada por intensos conflitos territoriais: agressões físicas, ameaça armada de jagunços e fazendeiros, com a exibição de armas, impedindo inclusive a passagem de quilombolas por logradouros de uso comum, bem como o acesso a uma lagoa que é patrimônio da União. Houve ainda destruição das plantações no entorno da lagoa, matança de animais de criação, etc. (LACERDA, 2016). Por fim, Lima; De Lima (2016) fizeram análise da educação quilombola, percebendo a necessidade de ajustamento da escola ao contexto da cultura afrodescendente, apesar de existir aproximação entre a vida escolar e a gestão comunitária, pois os discentes conhecem a trajetória sociohistórica e política desse quilombo.

A mesma história de resistência e luta foi percebida nas duas comunidades quilombolas de Pirambu: Alagamar (certificada desde 2011) e Aningas (desde 2012). Em comum, foi encontrado um trabalho sobre educação em saúde para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), evidenciando o quanto o acesso a ações e serviços de saúde (preventivos e curativos) é deficitário e as IST são uma realidade cada vez mais frequente nessas comunidades (PASSOS et al, 2017).

**Aningas** também foi analisada no estudo de Santos et al. (2018) com destaque para a prevalência da hipertensão arterial em comunidades quilombolas do estado de Sergipe,

juntamente com o **quilombo Caraibas** localizado nos municípios de Amparo de São Francisco, Aquidabã, Canhoba, Cedro de São João, Telha, certificado desde 2005. Demonstrando o alto índice hipertensivo nessas comunidades e sua associação com fatores de riscos cardiovasculares, o que evidencia a necessidade de melhoria do acesso aos serviços de saúde para controle da patologia (SANTOS et al., 2018).

A **comunidade Serra da Guia** localiza-se ao sul do município de Poço Redondo/SE, fazendo parte do complexo Serra Negra, na microrregião sergipana “Sertão do São Francisco”, a 185 km da capital. Possui 191 famílias cadastradas no INCRA, com capacidade de inclusão de até, no máximo, 200 quilombolas no programa de beneficiários (INCRA, 2016). A região da Serra Negra (inclusive a Serra da Guia), trata-se de área pouco fértil, submetida a longos períodos de seca, sendo pouco propícia à implantação de núcleos populacionais importantes, ao contrário de outros pontos do município. Serra da Guia apresenta infraestrutura precária, sem equipe de saúde da família, água encanada, saneamento básico. De modo que, a Capela para Santo Benedito no alto do morro e o posto de saúde do quilombo construídos com doações destinadas à Dona Josefa da Guia, parteira, líder comunitária, rezadeira e benzedeira, que recebe visitas de várias pessoas para se curar, inclusive de outros estados (NEVES, 2016).

Nesse sentido, Lima; De Lima (2016) ao analisarem as práticas educativas existentes nesse quilombo perceberam que não há educação quilombola e nem mesmo educação formal emancipadora, pois os processos educacionais não estão alinhados com a identidade quilombola e os docentes sequer conhecem as peculiaridades dos membros dessa comunidade.

A **Comunidade Quilombola Luziense**, certificada em 2016 pela Fundação Palmares, está localizada no município de Santa Luzia do Itanhy, na região litoral sul-sudeste do estado de Sergipe, distante 86 km de Aracaju. Historicamente, seu surgimento relaciona-se ao período de transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de engenho de cana de açúcar da região de Santa Luzia. As principais atividades produtivas da comunidade são a plantação de mandioca e coqueiro, bem como a atividade pesqueira e de catador de crustáceos. Ressalta-se que o cultivo de coco, a cana-de-açúcar, o gado e a extração de madeira geralmente são atividades associadas aos fazendeiros, para quem alguns dos membros da comunidade prestam ou prestavam serviços sazonais (MARCOM; BONFIM, 2016).

Ainda de acordo com Marcom; Bonfim (2016), essa comunidade carece de adequadas condições sanitárias (esgotamento sanitário, coleta regular de resíduos sólidos), pavimentação

das ruas, entretanto o maior desejo dos quilombolas consiste na obtenção da propriedade definitiva da terra, fonte de subsistência. Destacam que, a história de resistência (conflitos frequentes com fazendeiros locais e mercado fundiário) é fortalecida pelos elos de solidariedade entre seus membros e pela fé (religiosidade predominantemente católica, mantendo a tradição da Festa do Pescador no Crasto e a Festa do Senhor do Bonfim, em Cajazeiras).

Com relação aos demais quilombos (Mocambo de Aquidabã, Campo Criolo, Catuabo, Bongue, Curuanha, Povoado Forras, Ruas dos negros, Porto Areia, Lagoa Grande, Lagoa do Junco, Santo Antônio Canafistula, Quebra Chifre, Castanhal, Coqueiral, Ladeira, Povoado Forte e Desterro) não foram encontradas publicações entre os anos de 2015 e outubro de 2019. De maneira que as únicas informações disponíveis a respeito dessas comunidades são nome, município de origem, total de população e data da certificação, obtidas através do site oficial da Fundação Palmares (Tabela 03):

**Tabela 3** - Descrição das Comunidades Quilombolas Certificadas do Estado de Sergipe Sem Publicações Encontradas de 2015-2019.

Comunidades quilombola	Município/SE	Total da população	Data de certificação
Mocambo	Aquidabã	2.217	2013
Rua dos Negros	Canindé de São Francisco	2.215	2013
Povoado Forte	Cumbe	576	2005
Curuanha	Estância	1.587	2010
Porto de Areia	Estância	1.588	2012
Catuabo	Frei Paulo	1.029	2006
Bongue	Ilha das flores	1.589	2011
Desterro	Indiaroba	1.031	2005
Lagoa Grande	Siriri	179	2017
Desterro	Indiaroba	1.033	2005
Ladeiras	Japoatã	1.591	2012
Lagoa do Junco	Poço Verde	1.592	2006
Santo Antônio Canafistula	Propriá	1.593	2010
Povoado Forras	Riachão do Dantas	2.450	2014
Quebra Chifre	Riachuelo	831	2007
Campo do Crioulo/ Crioulo/			2014
Madalena/ Pindoba/ Saco do Tigre	Lagarto	—	
Castanhal	Siriri	—	2013

**Fonte:** Elaborado a partir da Fundação Palmares (2020).

Vale ressaltar que os dois últimos quilombos da tabela não apresentaram o quantitativo populacional até a data de levantamento de dados da pesquisa. Além disso, a maioria das comunidades possui menos de uma década de certificação sendo consideradas novas quanto ao reconhecimento estatal, mas não quanto à sua existência.

## Considerações Finais

A questão quilombola sergipana ainda não é reconhecida como um tema de grande interesse científico/acadêmico. Metade dos quilombos sergipanos não tiveram nenhuma menção nos estudos, o que reforça a invisibilidade histórico-social desses territórios no Brasil. Tendo em vista a importância da pesquisa científica para subsidiar a elaboração de políticas públicas, estratégias e tomada de decisões para redução da vulnerabilidade das comunidades quilombolas no Brasil, faz-se necessária e urgente a entrada da temática quilombola na agenda de pesquisa, principalmente com a realização de estudos acerca das comunidades mais recentemente certificadas.

Os resultados demonstraram que os quilombos, sejam eles certificados ou titulados, carecem de maior ação estatal, em praticamente todos os setores, para melhorar a qualidade de vida dos quilombolas. Saúde, educação, identidade, conflitos socioambientais, renda e mobilização social foram temas centrais nos estudos analisados.

Percebeu-se que até mesmo a Maloca (quilombo urbano) e Mocambo de Porto da Folha (quilombo rural) que são comunidades com melhor infraestrutura e acesso a ações e serviços de saúde, ainda convivem com precário sistema de esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Fica evidente que as respostas do Estado brasileiro continuam não atendendo às demandas e necessidades das comunidades.

A Maloca, por ser um quilombo urbano e localizar-se próximo ao centro da capital do estado federado de Sergipe, possui serviços de assistência pública como saúde, educação, transporte mais efetivos, porém não é assegurada uma educação quilombola que valorize seus aspectos identitários. Como desafios históricos, os quilombolas ainda precisam lutar pela titulação da terra e conviver com sérios problemas de racismo e violência.

Com relação ao Mocambo (Porto da Folha), esse quilombo possui uma carga histórico-cultural forte, por ser o mais antigo do estado e ter uma trajetória de luta com muita militância, o que lhe garantiu alguns direitos sociais, embora a região necessite de políticas de fomento agrícola e irrigação. O que demonstra que a força social local em termos de mobilização faz diferença no que tange à conquista dos direitos presentes na Constituição brasileira.

Os demais quilombos carecem de uma série de políticas públicas. Sofrem com a pauperização, não possuem água potável ou qualquer serviço de saneamento básico. Precisam conviver com solos inférteis e ausência completa de serviços de saúde, como Serra da Guia em Poço Redondo (área desertificação) e Sítio Alto, onde a comunidade sobrevive de

programas assistenciais, cultivo de gado, plantação de palma e da doação de pessoas físicas e/ou jurídicas que encantadas com a simbologia das crenças culturais e religiosas (novenas, rezas, parteira, uso de ervas medicinais, banco de semente crioulas, danças e roda) ajudam esses quilombos. De igual modo, destaca-se Mussuca que guarda elementos culturais do povo negro e cultua diversos rituais dos seus antecedentes.

Desta forma, percebe-se que saúde e educação são elementos importantes, mas deficitários nos quilombos sergipanos. No entanto, os elementos que remontam à ancestralidade negra são aspectos importantes a serem ressaltados nesses territórios a fim de fortalecer a negritude e o senso de pertencimento comunitário. Além disso, a luta pelo território constitui-se uma constante atividade de autoafirmação.

Quanto à renda dessas comunidades, observou-se que a maior parte dos quilombolas depende de programas assistenciais como o bolsa família, empregos informais e de baixa qualificação e sobretudo sobrevivem do turismo local, atividades de base agroecológica, atrações culturais (festivais, vendas de ornamentos, comidas típicas, etc.), da agricultura de autoconsumo e da pesca artesanal (peixes, crustáceos e mariscos). O aumento da escolaridade e o investimento em políticas e ações de valorização dos saberes, práticas e recursos presentes nos territórios, com garantia de assessoria técnica e crédito, garantiriam a promoção de oportunidades de geração de trabalho e renda a partir de uma perspectiva associativista e centrada no desenvolvimento local com conservação dos bens naturais e culturais das comunidades.

O panorama analisado demonstrou, a partir da experiência em Sergipe, a necessidade da inclusão da questão quilombola na agenda científica do Brasil. Para além da produção de evidências que demonstrem a situação precária e fomentem respostas estatais às demandas das comunidades, o conhecimento sobre os modos de vida, as respostas diante das adversidades e o patrimônio sociocultural são imprescindíveis para o reconhecimento e valorização do papel dos quilombos na construção da identidade e da conservação do patrimônio afro-brasileiro.

## Referências

ALMEIDA, Mirianne Santos de; MESQUITA, Ilka Miglio de. Identidade negra, educação e práticas de resistência: uma leitura decolonial num quilombo urbano. **Revista Perspectiva do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v.37, n. 2, p.480-498, abri-jun, 2019.

ALVES, Andreia da Conceição. **Criação de galinhas caipiras na comunidade Santa Cruz - Brejão dos Negros/SE: perspectivas de uma transição agroecológica**. São Cristóvão:

Instituto Federal de Sergipe, 2019, 32f (Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação de Tecnólogo em Agroecologia).

ALVES, Neise Mare Souza; SILVA, Débora Barbosa da; CARVALHO, Izabella Santos de Macedo; SANTANA, Bruna Leydiane Pereira; ANDRADE, Ray Santos. Mudanças no Cotidiano das Comunidades Tradicionais Pesqueiras de Brejo Grande–Sergipe, Brasil. **Revista Geonordeste**, n.1, ano XXVIII, p.187-202, jun, 2017.

ANDRADE, Ray Santos; ALVES, Neise Mare de Souza; FARIAS, Marta Cristina Vieira; SANTANA, Bruna Leidiane Pereira; FIGUEIREDO, Maria Antônia Menezes. A restinga como recurso para as comunidades costeiras: o caso da comunidade quilombola Santa Cruz-Brejo Grande, SE. **III Seminário espaços costeiros**, Bahia, v. 3, p.8-16, out, 2017.

ARRUTI, José Maurício. Reintroduzindo o relatório histórico-antropológica do Mocambo de Porto da Folha vinte anos depois. **Revista Ambivalências**, São Paulo: UNICAMP, v.4, n.7, p.177-253, jan-jun, 2016.

BADIRU, Ajibola Isau; SIMONARD, Pedro. A questão dos quilombos no Brasil: conflito, direito originário e liminaridade. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, v.179, n.476, p.261-286, jan-abri, 2018.

BECKER, Michele Amorim. **Opinião pública e comunicação dos riscos socioambientais da transposição do Rio São Francisco em comunidades tradicionais de Sergipe**. São Cristóvão: Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento - PRODEMA/UFS, jan. 2016, 277f. (Tese, doutorado em Ciências: Ciências Ambientais).

BISPO, Agnes Gardênia Passos. **Contextualização, escola quilombola, relações étnico-raciais: aproximações e distanciamentos no livro didático de ciências**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2018, 120f (Dissertação, mestrado em Ciências: Ensino de Matemática).

BOMFIM, Wellington de Jesus. O Reconhecimento do Direito a terra e território da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros (SE). **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS (ISSN 2526-3013)**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Cristóvão, v 1, p.1265-1280, jan, 2016.

BOMFIM, Wellington de Jesus. **A “luta pela terra” no processo de regularização fundiária de território quilombola: o caso da comunidade Brejão dos Negros (SE)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017, 252f (Tese, doutorado em Sociologia: Ciências Sociais).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)15 Acesso em: ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas: Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/guia-de-politicas-publicas-para-comunidades-quilombolas>> Acesso em 26 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. PALMARES, FUNDAÇÃO CULTURAL, 2019. **Mapa de quilombos sergipanos**. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br/crqs-se-20072020.pdf>>. Acesso em: 20.ago.2020.

\_\_\_\_\_. CIDADANIA, MINISTÉRIO DA. **Tabulador do Cadastro Único para Programas Sociais**. Disponível em: <[http://aplicações.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](http://aplicações.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php)>. Acesso em: 23. out. 2020.

BRITO, Maria Camila de Lima; JESUS, Yasmin Lima; LOPES, Edinéia Tavares. Ciências, cultura e educação: reflexões acerca do “eu” e do “outro” em um processo formativo docente. **Revista Scientia Plena**, v.12, n. 11, 2016.

CONCEIÇÃO, Hericôndio Santos. **Uso do território e a questão fundiária quilombola em Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019, 132f (Dissertação, mestrado em Geografia: Ciências Humanas).

FRANÇA, Evanilson Tavares de; MENDES, Jackeline Rodrigues. Nós, os de lá, estamos cá: reflexões sobre a educação escolar quilombola no contexto dos impedimentos à co-presença. **Revista Horizontes**, Itatiba/SP, n.37, p.1-20, mar, 2019.

GUIMARÃES, Welline Rezende; SHIMADA, Shiziele de Oliveira. A Comunidade Quilombola da Maloca e as Categorias Geográficas–Território e Lugar no Ensino-Aprendizagem em Geografia: Utilizando Recursos Audiovisuais. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, Aracaju, v.10, n.1, p.1-17, 2017.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Comunidades Quilombolas**, 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Colonização e Reforma Agrária**, 2020. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/pt/incra-e-governo-entegram-974-titulos-de-propriedades-em-sergipe-html> >. Acesso em: 08 de mai. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se.html>>. Acesso em: 20 de mar.2020.

IZIDORO, Renato; CORREIA, Fernando. Fotografia como Dispositivo na Construção do Conhecimento Geográfico: A Experiência no Mocambo. **Revista Intersaberes**, v.12, n.26, p.1-18, jan, 2017.



LACERDA, Roberto dos Santos; MENDES, Gicélia da Silva. Reterritorialização, Conflitos Ambientais e Saúde em Comunidades Quilombolas de Sergipe. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) – Dossiê Temático “Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas”**, v. 8, n. 18, p.22-39, 2016.

LACERDA, Roberto dos Santos; MENDES, Gicélia da Silva. Territorialidades, saúde e ambiente: conexões, saberes e práticas quilombolas em Sergipe, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 9, n.1, p.1-22, jun, 2018.

LIMA, Elvoclébio de Araújo; DE LIMA, Edson Paulo. Comunidades Tradicionais Quilombolas em Sergipe: A Problemática da formação sócio-histórica no currículo das escolas “quilombolas” e a consciência política da luta por reconhecimento. In: 8 Encontro Internacional de Professores e 9 Fórum Permanente de Inovação educacional, 2016, Aracaju. **Anais Estado, Escola e Sociedade na Perspectiva da Internacionalização: desafios das políticas públicas docentes nos planos de educação**. Aracaju: UNIT/ Programa de Pós Graduação em Educação, v.8, n.1, p.1-17, 2016.

MARCOM, Franck; BOMFIM, Wellington. Processos Identitários e a Comunidade Quilombola Luziense. **Revista Ambivalências** - Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP, São Cristóvão/SE, v.4, n.7, p.1-23, mar, 2016.

MENESES Ruth Cristine Torres de, ZENI, Pedro Faria; OLIVEIRA Cristiane Costa da Cunha; MELO, Cláudia Moura. Promoção de saúde em população quilombola nordestina. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.132-139, jan-mar, 2015.

MIRANDA, Fernando Gonçalves. **Memória das árvores: um estudo etnoarqueológico na Mussuca (Laranjeiras/SE)**, Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe, 2018, 38f (Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Arqueologia)

NEVES, Félix de Jesus. **Fatores Associados ao Déficit Estatural em Crianças Quilombolas Menores de 5 Anos na Região Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, jan, 2017, 113f (Dissertação, mestrado em Epidemiologia em Saúde Pública: Ciências da Saúde).

NEVES, Paulo Sergio da Costa. Etnicidades e lutas sociais no campo: no Brasil contemporâneo: um estudo de caso. **Revista Ambivalências**, São Cristóvão, v.4. n.7, p.25-39, jan-mar,2016.

OLIVEIRA, Acsa Rebeca Gomes de.; ALEXANDRE, Lillian Maria de Mesquita. O papel das comunidades tradicionais de Santa Luzia e do Povoado Mocambo-SE, destacando o potencial de cada comunidade, incluindo a proposta do turismo de base comunitária. **VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES – UFS/SE**, p.1-3, jan 2016.

PASSOS, Gilda Santana; SILVA; Heberty Ruan da Conceição; SANTOS, Genésio José dos. Geografia e prática investigativa: diagnóstico socioambiental da comunidade quilombola Pontal da Barra. **10º Encontro Internacional de Formação de Professores/ENFOPE e 11º Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional/ INFOPIE**, p. 1-9, abr, 2017.

PASSOS, Taciana Silveira; HORA, aline Barreto; PAIXÃO, Ana Luiza Souza Sales da; SANTOS, Jeferson dos; ALMEIDA-SANTOS, Marcos Antônio; OLIVEIRA, Cristiane Costa da Cunha. Educação em Saúde para prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis em Comunidades Quilombolas. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, Recife, v.11, n.10, p.3965-3970, out.2017.

PINHEIRO, Rafaelle Camilla dos Santos. **TBC no território quilombola Brejão dos Negros/SE: uma proposta de desenvolvimento turístico local**. Aracaju: Instituto Federal de Sergipe – IFS, mai.2018, 162f (Dissertação, mestrado profissional em Turismo: Ciências Humanas).

PRADO, Beatriz Santana; OLIVEIRA, Cristiane Costa da Cunha; SANTOS, Marcos Antônio Almeida santos. Avaliação Integrada dos Preditores da Hipertensão Arterial Sistêmica em Afrodescendentes de Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe. **SESPESQ: Anais da 19ª Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes. “Matemática para o desenvolvimento da Ciência”**- Universidade Tiradentes, p.1-3, 2017.

SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAÚJO, Silvânia Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do Português Falado em Comunidades Rurais Afro-brasileiras de Sergipe: Patrimônio e Memória. **Revista Palimpsesto – Dossiê**, ano 17, v.28, p.121-138,2018.

SANTOS, Ana Priscila; OLIVEIRA, Valéria Patrícia Gama; NEVES, Allane Santos; TORRES, Ruth Cristini. Avaliação de índices antropométricos para identificação de risco cardiovascular em população Quilombola. **International Nursing Congress**, Aracaju: Universidade Tiradentes, p.9-12, mai, 2017.

SANTOS, Daniele Luciano; SANTOS; Genésio José dos; RIBEIRO, César Augusto França. Anotações para o ensino da geografia cultural: territórios de tradições afro-brasileiras em Aracaju e Laranjeiras/SE. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, Laranjeiras, v.9, n.1, p.1-16, 2016.

SANTOS, Deyse Mirelle Souza; PERDO, Beatriz Santana; OLIVEIRA, Cristiane Costa da Cunha; ALMEIDA-SANTOS, Marcos Antônio. Prevalência da Hipertensão Arterial Sistêmica em Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe, Brasil. Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). **Revista Arq. Brasileira de Cardiologia**, São Paulo, v. 133, n.3, p.383-390, set. 2019.

SANTOS, Nivalda Batista. **Resistência e Desafios na Garantia da posse da terra na Comunidade Quilombola de Mocambo no Município de Porto da Folha – SE. Fortaleza/CE**: Universidade Federal do Ceará, 2014, 106f (Dissertação, mestrado em Geografia: Ciências Humanas).

SILVA, Daniela Santos. A questão quilombola no cenário político brasileiro e sergipano: Uma breve discussão. **Anais do VI congresso Sergipano de História e VI Encontro Estadual de História da ANPUH/SE**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, mar, 2017.

SILVA, Daniela Santos. **Sítio Alto: entre Dança, História e Etnicidade**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2017, 109f (Dissertação, mestrado em Sociologia: Ciências Humanas).

TORALES, Andréia Poschi Barbosa; NASCIMENTO, Ayla Islana Costa; TEODORO, Maria Luisa de Farias; VARGAS, Marлизete Maldonado; OLIVEIRA, Cristiane Costa da Cunha. Características Familiares de Quilombolas no Nordeste Brasileiro. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas Agrárias e da Saúde**, Londrina, v.19, n.3, p.101-109, mar, 2015.

TORALES, Andréia Poschi Barbosa; VARGAS, Marлизete Maldonado; OLIVEIRA, Cristiane Costa da Cunha. Autoestima nas Comunidades Quilombolas do Nordeste Brasileiro. **Revista Relicário**, Uberlândia, v.5, n.10, p.129-149, jun/dez, 2018.

Artigo recebido em: 26/10/2020

Artigo aceito em: 04/05/2021